

Posicionamento da bancada parlamentar do PT de Mato Grosso do Sul sobre a regulamentação dos bares e restaurantes e o Movimento Ocupa Centro

Na noite do dia 20 de dezembro, uma nova operação do Primeiro Batalhão da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul repetiu o padrão já observado ao longo dos últimos três meses. Agentes do estado, que deveriam garantir o direito de cidadãos e empresários, usaram o aparato público para coagir atividades asseguradas pela lei.

Na ocasião, a deputada federal Camila Jara acompanhava as atividades culturais a convite dos empreendedores e testemunhou os excessos de alguns policiais. As reclamações dos clientes e empresários é uníssona: reiteradas vezes a PM executa uma operação sob justificativa de checar alvarás de funcionamento, e, ao final, acaba fechando até mesmo os estabelecimentos com autorização para funcionar. A bancada parlamentar do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul se solidariza com a atuação da representante, com a reclamação dos membros do Movimento Ocupa Centro, dos frequentadores e dos empresários dos bares do centro de Campo Grande porque entende que o direito ao lazer, à cultura e ao empreendedorismo devem ser assegurados pelos agentes do Estado – e não reprimidos.

O centro da cidade de Campo Grande é, ao contrário de outras capitais, vazio e abandonado. Quem passa por lá à noite precisa lidar com a insegurança e o medo causados pela falta de políticas públicas para ocupação urbana. Há apenas algumas exceções. Sendo a primeira abraçada pelo movimento Ocupa Centro, a Avenida 14 de Julho é um bastião da resistência — tal qual sugere o nome em homenagem à Queda da Bastilha, um marco do Renascimento e da liberdade em todo o mundo. As pessoas que ocupam as calçadas da avenida o fazem por terem pouca ou nenhuma opção de lazer noturno na cidade. Isso só foi possível porque empresários ousaram começar um negócio no logradouro e transformaram o centro de uma forma que nenhuma outra política pública foi capaz. Os frequentadores e empreendedores precisam de apoio, regulamentação, segurança jurídica e até mesmo patrimonial – que o estado tem o dever de oferecer. Infelizmente, o que as pessoas receberam em troca de todo esforço para reviver o centro, foi repressão e desalento.

A economia criativa é um dos motores da economia desse país, e no nosso estado não é diferente. Mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB) do Mato Grosso do Sul vem do setor de serviços. Este movimentado, em boa parte, por bares e restaurantes. A sigla *PIB* representa a soma das riquezas, mas também o esforço diário de empreendedores, o trabalho direto de centenas de trabalhadores como músicos, atendentes, cozinheiros, entregadores e etc. Muitos são pais, mães e jovens que trocam o dia pela noite para garantir o sustento de suas casas e garantir um futuro melhor para suas famílias. Temos que lembrar ainda dos incontáveis profissionais indiretos que movimentam a economia local graças ao sucesso dos empreendimentos dos bares e restaurantes da 14.

Como representantes eleitos do povo de Mato Grosso do Sul, entendemos nosso dever em criar e regular leis, fiscalizar o executivo municipal e pressionar por uma cidade mais justa para todos. A Prefeitura de Campo Grande postergou, mais uma vez, a revisão da Lei do Silêncio e não regulou a lei do Corredor Gastronômico da Avenida 14 de Julho. Muito desse conflito poderia ter sido resolvido se não fosse a morosidade dos tomadores de decisão. As

peessoas precisam ter o direito ao sossego assegurado, tanto quanto os empreendedores devem ter a segurança jurídica para continuar movimentando a economia, gerando emprego e renda.

Nós acreditamos, acima de tudo, que o diálogo é a ferramenta que devemos seguir em todas as instâncias democráticas: seja em uma operação policial na Avenida 14 de Julho, seja no parlamento para defender o direito de empresários, moradores e frequentadores. A Campo Grande que queremos respeita as diversidades e as diferenças. É uma cidade alegre e livre, com lazer e sossego para todos. Por esse sonho possível, nós, parlamentares eleitos para defender o povo fazemos um apelo a todos que lerem esta minuta. Não deixem o futuro criativo da Capital acabar. Convidamos você a sonhar e trabalhar conosco por esse horizonte. A economia criativa merece apoio!

Assinam a carta

Zeca do PT,
Ex-governador e atual deputado estadual

Camila Jara,
deputada federal

Vander Loubet,
deputado Federal

Gleice Jane,
deputada estadual

Pedro Kemp,
deputado estadual

Luiza Ribeiro,
vereadora

Landmark Rios,
vereador

Jean Ferreira,
vereador